

O ESCOLA “SEM” PARTIDO, A REFORMULAÇÃO DO ENSINO BÁSICO E A CLASSE SOCIAL QUE É ATINGIDA

Caio Martiniano de Brito Baima ¹

RESUMO

Diante dos acontecimentos dos últimos anos no que tem relevância na aplicação de conteúdos nas salas de aula do ensino público brasileiro, é hora de compreender quem está por trás do movimento Escola sem Partido e quem é vítima. Aqui analisaremos quais intenções estão por trás desse dito "movimento" e como até dias atuais vem se manifestando dentro dos espaços de decisões legislativas. Além disso, observaremos a quem interessa a aprovação da nova base nacional comum curricular (BNCC). Para tanto, utilizaremos Bourdieu e Marx para realizar nossas análises, o intuito é compreender o que são violências simbólicas e de que forma ela se manifesta na vida de quem se utiliza da educação pública. Essa pesquisa se dá de forma a realizar discussões com a bibliografia, partindo das condições sociais trabalhadas por Marx até a aquisição dos dados de Algebaile que conseguem sanar inúmeras dúvidas sobre a quem serve o "movimento". Nossa conclusão se baseia em textos utilizados em sala de aula durante o estágio supervisionado da licenciatura em ciências sociais e expõe a necessidade da organização política e da construção de movimentos sociais desde a base escolar, além de expor a função social e educativa que o professor de sociologia deve exercer nesse espaço e de como deverá fazer isso.

Palavras-chave: Escola sem Partido; Violência Simbólica; BNCC; Sociologia; Ensino.

INTRODUÇÃO

No decorrer dessa discussão nos propomos a apresentar uma discussão acerca da Escola sem Partido tendo como aparato de observação a situação de precariedade, pobreza e péssimas condições de ensino público. É preciso primeiramente ter em mente que a instituição privada é a menos afetada pelas propostas do movimento organizado via internet e também precisamos compreender que o modelo de escola proposto a partir das limitações impelidas ao magistério caso as propostas do movimento fossem postos em prática afeta diretamente o ensino público, portanto os filhos da classe trabalhadora e dos moradores de regiões periféricas das cidades.

Tendo isso como base devemos, antes de elaborar estratégias de oposição, compreender de que forma se dá esse movimento, de que forma atua, quem atua nele e qual seu objetivo, apenas a partir disso poderemos começar a desenvolver estratégias de mobilização social para fomentar a classe trabalhadora em prol de uma luta em defesa da liberdade de expressão política, religiosa, etc.

O movimento foi criado em 2004 e a princípio é uma idealização mantida por estudantes, ex-estudantes e pais, tem como claro objetivo impedir o que Algebaile (2017) chama de “contaminação político-ideológica” e de “doutrinações”. Esses termos, apesar de

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia na Universidade Federal da Paraíba (caim_baima@hotmail.com)

;

referenciados a autora de “Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve” na verdade foram retirados do sítio virtual que o “movimento” alimenta, dessa forma a base de atuação é via internet, mas o objetivo máximo a ser alcançado é a transformação das propostas do “movimento” em leis federais, estaduais e municipais, para tanto atuam juntamente à parlamentares que apoiam a causa e que seguem uma tendência de defesa de valores familiares e religiosos.

O site tem atuações distintas tendo ênfase na coleta de denúncias das tais doutrinações, para que com isso se faça duas coisas, a primeira uma denúncia formal ao Ministério Público e a segunda a difusão desse conteúdo nas redes online, o que muitas vezes é inaceitável por expor inclusive sujeitos menores de idade. Outras atuações fáceis de se observar é a publicação contínua de materiais que discutem educação, moral, educação sexual e religiosa, sendo essas alvo de tutoriais de como realizar o monitoramento e as denúncias e, talvez a atuação mais importante do movimento, criar relações com apoiadores candidatos e parlamentares em atuação para apresentação dos projetos federais, estaduais e municipais.

Para desenvolver nossa discussão proponho a utilização de Pierre Bourdieu para pensarmos juntos o conceito de poder simbólico, autoridade pedagógica, ação pedagógica e finalmente, o que nos interessa, violência simbólica.

O real intuito deste trabalho é traçar uma perspectiva de elaboração de aula que garanta uma melhor formação dos estudantes de Ensino Médio. Para isso partimos de dois fatores, sendo o primeiro as dificuldades encontradas em sala de aula na relação professor/aluno com ênfase no perfil de cada escola, turma e aluno e como segundo fator devemos discutir de que forma isso deve ser feito enquanto uma reação aos constantes ataques do governo federal à todo ensino público no Brasil.

A proposta de realizar esse tipo de pesquisa com um objetivo um tanto ousado é tentar trazer para o ensino de Sociologia na Educação Básica um caráter mais utilitário do que apenas os conhecimentos gerais apresentados na disciplina. Tendo em mãos o perfil dos estudantes que desejamos ensinar a disciplina é possível adaptar o conhecimento de forma que se alinhe ao modo de vida destes jovens trazendo resultados concretos em seus cotidianos, deixando de ser apenas uma disciplina a ser comparada com as outras da mesma área de conhecimento, deixando de ser uma disciplina dita como inútil e alcançando sim um patamar real, algo que o marxismo viria a chamar de práxis. (MARX, 1993)

Obter resultados *praxiológicos* através do processo de ensino garantiria a Sociologia para esses estudantes enquanto não mais uma simples disciplina, mas uma ferramenta de luta para seus cotidianos.

Além de que ao vislumbrar o ensino de Sociologia desse globo ocular estamos iniciando uma afronta direta à implementação autoritária da BNCC em 2018/2019 e a batalha contra “Escola sem Partido” (mesmo o projeto estando atualmente engavetado) que, ao contrário de garantirem disciplinas que podem armar cada sujeito para a vida social, tentam dia após dia construir justificativas para cercear a Sociologia dos projetos político-pedagógicos das escolas e limitar as discussões em todas as disciplinas principalmente nas humanidades e na biologia.

METODOLOGIA

O método selecionado para realizar esse tipo de pesquisa foi o método etnográfico com os traços propostos por Malinowski em *Argonautas do Pacífico Ocidental* (1984). Além deste autor, para uma discussão social e política, Bourdieu traz profundas contribuições através do termo violência simbólica que pode ser utilizado em nosso contexto para perceber as realidades dos estudantes de Ensino Médio e analisar o papel da BNCC na situação política em que estamos situados nos últimos anos.

Em Bourdieu necessitamos de alguns termos para construção de um aparato para compreender essa discussão, violência simbólica, poder simbólico, autoridade pedagógica e ação pedagógica. Para traduzir tais termos convém em alguns casos utilizar o próprio autor.

Vimemos numa sociedade em que a cultura de uma minoria predomina ante a maioria, Marx chama isso de luta de classes, os domínios dessa maioria atingem desde a perspectiva mercadológica até os menores grupos sociais que podemos identificar. Isso se dá através de diversos meios que a classe dominante possui para exercer seu controle. Chauí descreve de forma extraordinária em “O que é Ideologia” que

“...a ideologia burguesa era um pensamento e um discurso de caráter legislador, ético e pedagógico, que definia para toda a sociedade o verdadeiro e o falso, o bom e mau, o lícito e o ilícito, o justo e o injusto, o normal e o patológico, o belo e o feio, a civilização e a barbárie. Punha ordem no mundo, afirmando o valor positivo e universal de algumas instituições como a família, a pátria, a empresa, a escola e o Estado, e, com isso, designava os detentores legítimos do poder e da autoridade: o pai, o patrão, o professor, o cientista, o governante.” (Chauí, 2008, p.102)

Usando esse pensamento podemos compreender que Bourdieu aceita a existência dessa dominação tentando analisar de que forma ela opera, propondo o Poder Simbólico como poder coercitivo que garante essa estabilidade social proposta pela burguesia. Tal poder atua cotidianamente em nossas vidas de forma invisível, porém ainda assim concreta, atingindo diretamente toda a sociedade em seus diversos patamares. É conveniente afirmar que essa invisibilidade ocorre devido a uma naturalização proposital imposta pela classe dominante

diante das relações sociais. Retomando a Chauí e seus exemplos podemos afirmar que esse poder invisível está presente em cada um dos exemplos citados acima, no nosso caso podemos afirmar que está presente inclusive nos modelos de ensino e na instituição escola como um todo.

Para Bourdieu esse poder se manifesta através de uma violência, tão invisível como o próprio poder para assim dominar e coagir os corpos e, é válido salientar, que mesmo que não aconteça fisicamente não deixa de ser uma violência. Nosso autor chama esse fenômeno social de violência simbólica.

“Todo poder violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força.” (Bourdieu, 1992. p.32)

Então Bourdieu afirma que essa violência se manifesta através de uma força própria que não é sequer visível, é como vimos acima, é simbólico.

É aí que podemos incluir as instituições de ensino como alvos dessa violência, pois um poder arbitrário manifestado através de um arbitrário cultural traz consigo propostas de modelo que nem sempre são positivos para a juventude que é coagida, através da modelação cultural em que estão submetidas já se inserem na escola portando traços culturais impostos através de uma violência e ao ingressar nesse meio são submetidos novamente ao mesmo tipo de violência gerido agora pelas forças que modelam a escola.

Como exemplo claro disso a instituição de uma nova base nacional comum curricular (BNCC) imposta no ano de 2018. Como BNCC entendemos:

“A BNCC, conceitualmente, é a principal norma editada pelo Ministério da Educação com o objetivo de definir as áreas do conhecimento integrantes dos currículos e propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e particulares de Educação Infantil e Fundamental, assim como os conhecimentos, competências e habilidades em cada disciplina escolar aplicados a situações da vida real. Como política educacional é editada como referência norteadora da reformulação dos currículos escolares e dos processos nacionais de avaliação. Ela estabelece dez competências gerais que são consideradas básicas ao tratamento didático proposto para a Educação Infantil e Fundamental.” (MST, 2018)

Essa base traria o aspecto da padronização em todo território nacional do ensino, que em nossa avaliação é a manifestação clara de dois aspectos, o primeiro o encurralamento das escolas para um modelo excludente dos aspectos regionais e locais pensando não apenas no estado em que se manifesta mas na cidade e no bairro. O segundo a aplicação através de leis das limitações do que se deve discutir ou não dentro das escolas, o que chamamos popularmente de “Lei da Mordça”.

Podemos lembrar também que a BNCC é estruturada pensando diretamente na maioria das escolas de nosso território nacional, são elas as escolas de caráter público, entretanto Peroni

(2018) e Adrião (2018) afirmam que os principais envolvidos na composição do documento estão ou diretamente ligados à instituições privadas ou elas mesmas atuam diretamente

“exemplificado na atuação do Movimento do Todos pela Educação (Freitas, 2012; Martins; 2013), quanto na execução das políticas educativas, observada na atuação do Instituto Unibanco, do Instituto Ayrton Senna etc. (Peroni, 2016)”. (Adrião, Peroni, 2018)

A partir disso podemos traçar novamente duas observações distintas, porém que agem conjuntamente, a primeira se apresenta quando há a implantação autoritária de uma currículo nacional e a segunda a contínua atividade do professor em sala de aula juntamente com todo o aparato administrativo dentro da escola, podemos pensar em ambas como autoridades pedagógicas. Na escola que realizo pesquisa, Colégio Estadual Dr. Elpídio de Almeida, ambas se materializam, a primeira com a recente inclusão do novo modelo de escola e a segunda através, novamente, da atuação do professor. Essa autoridade é responsável pela ação pedagógica dentro dessa escola, onde hoje os estudantes devem estudar não apenas em um turno mas dois, observando que as classes sociais que compõem os discentes da escola provavelmente não se encaixam com o padrão, devido a necessidade de realizar trabalhos remunerados em algum dos turnos para complementar a renda familiar.

A ação do professor, atualmente, expressa claramente a autoridade imposta pelo novo modelo fazendo com que dentro dessa escola as turmas estejam divididas em salas específicas distintas sendo cada uma direcionando para um ensino específico, boa parte já trazendo o caráter técnico.

Em nossas visitas observamos que há um grande número de turmas “ADM” que expõe a existência das turmas técnicas em administração que são observadas pelas alunos como a melhor opção, em contrapartida, a turma “SEC”, o secretariado, composto por 12 garotas e 2 garotos é a menos buscada, que em nossa análise expressa outra violência simbólica pois há um esforço cultural de inferiorizar o papel do secretário e maximizar o papel do administrador em nossa sociedade.

Para legitimação de tal conflito Bourdieu afirma:

“A forma específica que tomam os conflitos entre instâncias que pretendem à legitimidade num campo dado é sempre a expressão simbólica, mais ou menos transfigurada, das relações de força que se estabelecem nesse campo entre essas instancias, e que não são jamais independentes das relações de força exteriores ao campo.” (Bourdieu. 1992. P.32)

Dessa forma o poder simbólico influencia nas decisões individuais da escolha das turmas, quem decide pelo conflito não são as empresas que organizam a BNCC e sim os sujeitos que por sua vez naturalizaram o papel inferior do secretário em nossa sociedade. Essa distinção está completamente ligada ao caráter econômico posterior que essas atividades devem exercer. Na citação abaixo lê-se AuP como autoridade pedagógica e AP como ação pedagógica:

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

“Numa formação social determinada, as sanções, materiais ou simbólicas, positivas ou negativas, juridicamente garantidas ou não, nas quais se exprime a AuP e que asseguram, reforçam e consagram duravelmente o efeito de uma AP, têm tanto mais oportunidades de serem reconhecidas como legítimas, isto é, têm uma força simbólica tanto maior, quanto mais se aplicam aos grupos ou classes para as quais essas sanções têm mais oportunidades de serem confirmadas pelas sanções do mercado em que se constitui o valor econômico e simbólico dos produtos das diferentes AP (princípio de realidade ou lei do mercado).” (Bourdieu. 1992. p.40)

Essas características influenciam na formação individual de cada sujeito e apenas ocorre dessa forma devido à violência simbólica invisível que os coage a tomar tais decisões para escolher qual seria a “melhor” turma de ensino técnico que garantiria melhor retorno financeiro na formação de cada estudante.

Dessa maneira podemos pensar em violência simbólica como uma força invisibilizada propositalmente pelas classes sociais mais altas afim de ao final de um processo de imersão cultural conseguir em troca legitimar seu domínio. Para Pierre Bourdieu o poder simbólico está inferido nas relações culturais cotidianas dos indivíduos em uma sociedade, entretanto tal poder não consegue exercer consequências positivas para aqueles que são vítimas de sua existência, fazendo que esse poder se realize através de uma violência muitas vezes imperceptível. Em nosso caso afirmaremos que a estrutura escolar, o modelo estruturado para lecionar e a Base Nacional Comum Curricular, são, indubitavelmente formas de exercer violência sobre os estudantes que não podem sequer questionar a estrutura em que estão colocados.

Autoridade pedagógica é o poder dominante que estrutura a ação pedagógica, essa ação por sua vez tem a função direta e em contato nas escolas com os estudantes através da estrutura institucional escolar:

“...a AP escolar que reproduz a cultura dominante, contribuindo desse modo para reproduzir a estrutura das relações de força, numa formação social onde o sistema de ensino dominante tende a assegurar-se do monopólio da violência simbólica legítima” (Bourdieu, 1992, p. 21)

Neste momento discutiremos acerca da elaboração de um pensamento do modelo escolar e os ataques que vem sofrendo a partir de uma concepção de classe em que os jovens que utilizam as escolas públicas são não só os mais afetados mas se formos observar de uma perspectiva macro, esses são os únicos afetados pelas propostas do Escola sem Partido. Para tanto nos manteremos com os dois autores que estávamos utilizando e que trabalharam com o conceito de classe, Marx e Bourdieu.

A proposta de utilizar Marx é relacionar o Escola sem Partido com a já vigente tecnicização das escolas em prol de uma formação cada vez mais profissionalizada (e menos crítica, devido aos ataques do Escola sem Partido) constituindo um, cada vez mais amplo, exército de reserva de sujeitos com menos pensamento crítico e qualificado para as funções

estabelecidas pelos padrões do ensino técnico brasileiro. Com essa base poderemos compreender qual a razão do Escola sem partido tomar tamanha proporção nos últimos anos, principalmente caminhando de mãos dadas com a reforma do ensino médio, poderemos não ver apenas os objetivos superficiais apresentado na introdução desse artigo mas compreender de que forma essas propostas podem causar uma mudança estrutural em todo o país.

É nesse ponto que retomamos Bourdieu, não basta compreendermos em certo momento que os idealizadores do Escola sem Partido são pessoas “más” que apenas querem silenciar as massas periféricas e enquadrá-las nos padrões que a sociedade deseja, precisamos ir mais além e perceber o quão “maus” podem ser os apoiadores, difusores e criadores das propostas da “Lei da Mordação”, é aí que tentaremos compreender de que forma esses sujeitos se infiltram a ponto de construir uma ideologia aplicável (e realmente utilizada pelo crescente conservadorismo) nas escolas. Portanto, Bourdieu deve nos trazer novamente o conceito de violência simbólica.

De forma silenciosa e muitas vezes imperceptível essa violência vem atuando e tende a continuar atuando modelando as relações escolares e constituindo uma falsa alegria de que é possível ter uma formação básica mais “completa” no ensino médio somado da possibilidade de um emprego logo aos dezoito anos pois dali sairia profissionalizado.

É com base nesse tipo de análise que me propus a coletar os dados contidos no corpo desta pesquisa, buscando através deles expor a realidade cotidiana dos estudantes no Colégio Doutor Elpídio de Almeida.

DESENVOLVIMENTO

Tenhamos como base a ideia de que o “movimento” Escola sem Partido pressupõe todos aqueles aspectos já anunciados na introdução deste documento porém existe uma mão mágica por trás que tem interesses maiores. Agora pensemos que essa mesma mão está por trás de toda a reforma elaborada para o ensino médio juntamente com a nada gradual transformação do ensino básico e público em ensino profissionalizante. Agora olhemos pelo outro lado, de baixo para cima. O jovem de 15 anos que acaba de chegar ao ensino médio pode ter inúmeras preocupações, mas apenas uma os une enquanto classe, a preocupação de conseguir ajudar os familiares na subsistência da casa e para isso esse mesmo jovem assim como muitos de seus colegas começam desde cedo a busca desenfreada por um emprego que não possui requisitos muito refinados no quesito formação acadêmica. Esse sujeito acaba se tornando mão de obra barata. Mas agora imagine a possibilidade de sair do ensino médio (médio e técnico após a reforma) já podendo atuar profissionalmente e sem o próprio sujeito achar que está em condições precárias de trabalho? É exatamente isso que está para acontecer, é exatamente dessa

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

forma que se coopta o jovem para a defesa desse modelo, sem análises profundas o sujeito que agora pode ser um profissional logo ao sair do ensino médio se encantará com a possibilidade e a defenderá. Esse estudante que sairá da escola como profissional acabará caindo no “limbo” do exército de reserva por se tornar mão de obra fácil e barata, afinal nem todos que terminarem o ensino médio terão a oportunidade de trabalhar no mercado superlotado, o que acaba por intervir também na remuneração, se muitos estão dispostos a ocupar a mesma vaga e em um momento estão desempregados, qualquer salário o contrataria, o que dificulta a luta pelo aumento salarial:

“Grosso modo, os movimentos gerais do salário são exclusivamente regulados pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que correspondem à mudança periódica do ciclo industrial. Não são, portanto, determinados pelo movimento do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo acréscimo e decréscimo da dimensão relativa da superpopulação, pelo grau em que ela é ora absorvida, ora liberada.” (MARX, 1988. p. 267)

Nesse contexto o Escola sem Partido tem papel ideológico fundamental! O silenciamento proposital do caráter crítico da escola acarreta numa fácil maleabilidade daqueles que ali frequentam. O “movimento” é oportunista e tem objetivos maiores, a hipótese que estamos aqui defendendo é que esse movimento propositalmente caminha lado a lado com a reformulação do ensino médio, através disso o novo modelo que possui falhas passaria a ser menos questionado ou até deixaria de se discutir sobre o assunto, as massas que ocupam as salas de aula se tornariam apenas massa maleável aos desejos do poder ideológico da superestrutura e assim o modelo neoliberal avançaria onde ainda não conseguiu avançar no Brasil:

“É preciso, portanto, atenção ao tino oportunista da organização, que se manifesta em variadas nuances das suas estratégias de atuação, como, por exemplo, quando se apresenta como “movimento” conduzido pelo propósito altruísta de combater a partidarização da escola, dissimulando sua própria condição de organismo de um campo partidário conservador, fortemente ramificado em instituições (mídia, parlamento) e portador de um programa de ação que envolve técnicas de mobilização e propaganda bastante sincronizadas.” (ALGEBAILLE, 2017. p. 71)

A citação acima apresenta a ideia de que o “movimento” “apartidário” na verdade compõe e defende um campo partidário atrelado as forças liberais burguesas que detém o poder ideológico e midiático do país.

Esse caráter ideológico é facilmente mantido por estar nas mãos das forças dominantes, Bourdieu é certo ao afirmar que a violência simbólica (aqui já estamos que a utilização do aparelho ideológico para manter a escola silenciada e instaurar um modelo profissionalizante não passam de anseios da burguesia e dessa forma violentam de forma simbólica toda a estrutura escolar da nação) impõe-se autoridade e exige reconhecimento: Todo capital, sob qualquer forma que se apresente, exerce uma violência simbólica assim que é

reconhecido, ou seja, desconhecido em sua verdade de capital, e impõe-se como autoridade exigindo reconhecimento. (BOURDIEU, 2013). Essa tal violência simbólica é capaz de coagir os indivíduos de um grupo em diversos graus, seja um pequeno grupo como todo o modelo escolar de uma nação como aqui estamos vendo. Até então, antes de conhecer Bourdieu, estávamos “acostumados” à violência física que se manifestava através de preconceitos raciais, sexistas, bullying, etc, após as explicações do autor passamos a perceber que por todo lado existem pressões ideológicas capazes de coagir dos menores aos maiores grupos sociais, o que, portanto, não é diferente na escola. A manifestação escolar desse tipo de violência é legitimado pela elite que domina a estrutura escolar mas apenas é posto em prática através da ação pedagógica (Bourdieu, 1992), essa por sua vez atua em várias instancias, desde a formulação de uma base curricular até a atuação em sala de aula exercendo certa autoridade pedagógica (Ibidem).

Imagino que as questões colocas aqui até o presente momento levantam um questionamento, esse mesmo questionamento foi trazido por Algebaile (2017) nas considerações finais do artigo que estamos discutindo:

“Essa não conformidade entre a cruzada empreendida pelo Escola sem Partido e a escola real – que exige imensos e valiosos esforços construtivos de professores e demais profissionais do campo educacional, de alunos e suas famílias, de movimentos sociais compromissados com a garantia do exercício igualitário do direito à Educação e de tantos outros sujeitos que a essa empreitada se somam – sinaliza exatamente o quê? Quais pretensões, quais disputas?” (ALGEBAILLE, 2017. P72)

Esses questionamento certamente preencheu nossa mente que nesse momento já deve estar recorrendo à construção de algumas hipóteses acerca do assunto. Essa pergunta poderá ficar sem resposta por não termos acesso aos dados concretos da alta burguesia que de fato controla a estrutura escolar do país, deixar esse questionamento sem resposta na verdade nos induz a pensar que não é que não haja resposta, mas para sanar esse questionamento teríamos que mergulhar em campos perigosos das alas mais conservadoras da sociedade e dessa forma, dentro de nosso imaginário, conseguimos compor uma série de respostas, afinal, a conquista da educação compreende a conquista de toda a sociedade, então aqueles que controlam todo o modelo educacional passam a ser aqueles que controlam toda a nova geração de jovens que vem saindo da escola já profissionalizados para exercer as funções que foram treinados para ocupar.

O Escola sem Partido juntamente com a reformulação do modelo educacional do ensino secundário ocupam um papel ideológico no país, ela não exprime de fato uma realidade, quer dizer, para as classes altas talvez sim mas para as classes pobres a ideologia imposta através da escola não passa de um ensinamento de como se olhar o mundo, uma forma falsa de olhar e

se relacionar com o mundo. Por essa razão tendemos a concordar plenamente com a Chauí em seu livro por completo, mas para nós esse trecho sana alguns questionamentos sobre a dominação ideológica mentirosa produzida pelas camadas poderosas da sociedade:

“...tais ideias não exprimem a realidade real, mas representam a aparência social, a imagem das coisas e dos homens, é possível passar a considerá-las como independentes da realidade e, mais do que isto, inverter a 'relação fazendo com que a realidade concreta seja tida como a realização dessas ideias.” (CHAUI, 2008. p.86)

Seria engraçado porém absurdamente real se chamarmos aqui a realidade que vivemos de “Matrix” utilizando o filme estadunidense como metáfora. Ainda sobre a dominação ideológica temos a concepção de Marx e Engels, dessa, a concepção concisa e completa anterior a de Chauí. Mais ainda do que o Bourdieu, os autores defendem com absoluta certeza a ideia de que a ideologia é aparato daqueles mais poderosos para dominação das massas, mais uma vez outros autores defendem essa teoria, apontando novamente a problemática encontrada nas escolas do Brasil:

"As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação." (MARX; ENGELS, 1993. p. 47)

Imagino que dos escritos de Marx e Engels essa citação seja bastante autoexplicativa, diferente das outras produções no decorrer de duas carreiras. É algo complexo que permeia toda a superestrutura, a classe dominante é indubitavelmente minoria em todos os países do mundo, mas uma coisa é clara, em todas os países capitalistas essa mesma classe tem uma relação completamente abusiva relativa as classes pobres, além disso, em todo o mundo a classe dominante é detentora da mídia, da religião dominante de cada país, da educação e de todos os outros aparelhos ideológicos. Não duvide, em todo país capitalista essas classes dominantes utilizarão seu poder, sua ideologia dominante, sua força espiritual dominante, esse poder dado à eles nunca será desperdiçado e da mesma forma vem acontecendo no Brasil, as classes dominantes apenas estão exercendo aquilo que é sua função dentro deste modo de produção. Então, aparentemente, estamos presos num beco sem saída onde a única saída é conquistar os espaços da dominação ideológica e trazer esse domínio para as bases. Mas isso só ocorreria através de uma revolução ou uma reforma que atingiria toda a nação, algo que analiso como urgente e necessário, mas não tendo isso podemos discutir através da própria educação parâmetros, ideias, posicionamentos e ações contrárias as opressões impostas.

RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que fazer com as escolas? Essa é uma pergunta que todas as classes deveriam fazer, mas apenas aqueles que dominam fazem, mas eles não apenas fazer essa pergunta, eles colocam em prática e moldam da forma que querem para realizar sua dominação. Mas a nós? O que cabe a nós?

As respostas não são simples e nem apresentarei uma solução pronta e fechada, mas algumas coisas precisam ser colocadas em discussão antes que o aparelho opressor dificulte mais do que na conjuntura atual. A primeira forma é estratégia política, mobilização social, atualmente estagio no ensino médio e no segundo ano a matéria a ser dada agora são os movimentos sociais, nosso livro é bem completo com pouquíssimas limitações além de bastante progressista no sentido político. Nesse capítulo sobre movimentos sociais que estou ministrando os autores do livro, Oliveira e Costa (2016) são bem incisivos quando apresentam características para constituir um movimento desse tipo, é desses modelos de ensinamento que precisamos agora para podermos nos revoltar dentro e fora da escola, a necessidade de levantar toda a escola e colocar na porta da diretoria reivindicando melhorias, a necessidade de unir os estudantes de várias escolas de um município e colocar nas ruas, nas portas das câmaras de vereadores e assembleias legislativas. No livro “Sociologia para Jovens do Século XXI” os autores apresentam o seguinte:

“Um movimento social só tem força quando possui uma proposta, ou seja, quando se organiza de maneira objetiva para conquistar os fins que almeja alcançar. Por isso, há a necessidade de um projeto, a ser desenvolvido de acordo com a orientação política do movimento. A ideologia também é um fator importante, já que reflete a visão de mundo dos indivíduos que participam do movimento, suas perspectivas, as mudanças que ambicionam, o mundo que esperam combater ou construir de forma alternativa. Por fim, a organização é muito importante, porque ela é a base do movimento, essencial para o seu sucesso político. Afinal, sem instrumentos eficazes de comunicação e sem recursos financeiros mínimos, os movimentos sociais acabariam apresentando resultados bastante limitados na sua ação política.” (OLIVEIRA; COSTA, 2016. p.218)

É nesse contexto que deixo aqui a proposta da construção de movimentos sociais organizados como instrumento combativo em defesa de uma educação libertadora e emancipadora, diferente do modelo que cada dia que passa nos prende mais em padrões profissionais e econômicos que muitas vezes não nos interessariam se fosse dada a possibilidade de conhecer a gama de opções de áreas ofertadas.

Obvio que não se restringe ao alunato, toda a comunidade ligada ou não à escola deve se mobilizar e construir uma força combativa em prol da educação no país, afinal a educação é sim mercadoria, compreendendo que ela realmente é mercadoria nossa luta é para que ela não

seja, essa batalha vem sendo travada mundialmente por partidos, sindicatos, coletivos e movimentos sociais como um todo, é a vez das novas gerações não deixarem de lado essa luta.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa. PERONI, Vera. **A FORMAÇÃO DAS NOVAS GERAÇÕES COMO CAMPO PARA OS NEGÓCIOS?** In: AGUIAR, Márcia Angela. Dourado, Luiz Fernandes. A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. [Livro Eletrônico], Recife: ANPAE, 2018.

ALGEBAIL, Eveline. **Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve.** In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem” Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.** Rio de Janeiro. Laboratório de Políticas Públicas. 2017.

BANDEIRA, A.; STANGE, C. E. B.; SANTOS, J. M. T. Uma proposta de critérios para análise de livros didáticos de ciências naturais na educação básica. III Simpósio nacional de ensino de ciências e tecnologia (SINECT). Ponta Grossa, PR. 26 a 28 setembro, 2012.

BOURDIEU, Pierre. PASSERON, Jean Claude. **A Reprodução.** Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Capital simbólico e classes sociais.** Novos Estudos CEBRAP, 96. 2013.

CHAUÍ, Marilena. O que é Ideologia. 2ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2008

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia [1922].** São Paulo: Abril cultural, 1978.

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Educadores do MST socializam experiências e debatem a Base Nacional Curricular. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2018/07/24/educadores-do-mst-socializam-experiencias-e-debatem-a-base-nacional-curricular.html>> Acesso em 30 de julho de 2018

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. O Capital. Vol. 2. 3ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

OLIVEIRA, L. F. de. COSTA, R. C. R. da. Sociologia para Jovens do Século XXI. 4ª edição. Rio de Janeiro, Editora Imperial Novo Milênio. 2016.

Goffman, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes (Trad.). Rio de Janeiro: LTC, 1975